

TERRAS DE PAREDES
NA
IDADE MÉDIA

As Inquirições de 1258

IVO RAFAEL SILVA

2025

Ficha Técnica:

Título: *Terras de Paredes na Idade Média: As Inquirições de 1258*

Autor: Ivo Rafael Silva

Edição: Autor

Ano: 2025

Produção: Bookmundo

Índice

I. Introdução	6
O Tema	7
O Estado da Arte.....	8
A Fonte e o Método	13
II. As Inquirições de 1258	16
Enquadramento: o Tempo e o Espaço	17
III. Julgado de Aguiar	22
São Paio de Parada de Castanheira	23
São Miguel de Cristelo.....	24
São Salvador de Cunha.....	26
Santa Eulália de Sobrosa	27
São João Evangelista de Vila Cova de Carros	28
São Cosme de Besteiros	30
Santa Maria Madalena	32
São Tomé de Bitarães.....	33
São Pedro de Gondalães.....	35
São Salvador de Castelões (de Cepeda).....	36
São Romão de Mouriz	38
São Miguel de Beire	40
São Cristóvão de Louredo.....	41
Santa Marinha de Astromil	42
São Miguel de Gandra.....	43
São Martinho de Parada (de Todeia)	44
São Pedro da Sobreira.....	45
(Castelo e Paróquia de) S. Romão de Aguiar de Sousa	47
Couto do Mosteiro de Cete	49
(Couto do) Mosteiro de Vandoma.....	50
(Couto do) Mosteiro de Vilela.....	51
Santa Maria de Duas Igrejas	52
(Mosteiro do) Salvador de Lordelo.....	54
São Miguel de Baltar	55
São Miguel de Rebordosa	57
IV. Terras de Paredes na Idade Média	60
Geografia e Paisagem	61
Demografia	67
Inquiridos e Testemunhas.....	72
Propriedade.....	74
Agricultura e Pecuária	77
Igrejas, Oragos e Padroados	81
Mosteiros	83
Toponímia.....	92
Conclusões	116
Bibliografia	122

*Quoniam labilis est hominum memoria
inventum fuit scripture remedium
ut facta mortalium firma fierent
et ad posteros eorum testimonium servarentur.*

*Porque é insegura a memória dos homens,
achou-se o remédio da escrita,
para que os feitos mortais se tornassem firmes
e pelo seu testemunho chegassem ao conhecimento dos vindouros.¹*

¹ Arenga medieval usada, por exemplo, no prólogo dos forais de Viana da Foz do Lima e de Aguiar da Beira, traduzida na Introdução ao Vol. IX/I, *Leges et Consuetudines*, da *Nova Série dos Portugaliae Monumenta Historica*, 2017, edição crítica da autoria de António Matos Reis.

I. Introdução

O Tema

A estrutura paroquial ou comunitária do território que, desde 1836, configura o concelho de Paredes, tem a sua raiz no período cronológico alti-medieval. Tanto o *Parochiale Suevorum* (segunda metade do século V), como o *Divisio Wambae* (século VII) fazem já referência² a fragmentos da geografia aqui considerada, atestando a respectiva antiguidade. Terá sido, contudo, na fase imediatamente posterior, no espaço temporal que medeia a chamada *Reconquista Cristã* e os alvares da nacionalidade (sécs. VIII - XII), que parece ter ocorrido a consolidação definitiva deste conjunto de comunidades vicinais e agrícolas (aldeias, vilas, quintãs ou paróquias) que hoje, *grosso modo*, ainda conhecemos.

É a partir desta altura que a documentação nos começa a testemunhar com maior constância a menção a tais povoados, já com os seus identitários topónimos e epónimos (nomes de lugar e oragos) que, aliás, resistem sem grandes alterações durante séculos, como veremos. As várias comunidades vão-se estruturando com base nas relações naturais de subsistência, de sociabilidade, do trabalho, da defesa colectiva perante o invasor e, claro está, do elemento moral que norteia e norteará a vida da população *per saecula saeculorum*: a religião cristã.

Procurar compreender este período significa, pois, ir ao encontro dos elementos históricos fundacionais das povoações que, por sua vez, alicerçam essa hodierna construção administrativa que é o município de Paredes. Precisamente pela inevitável assunção do seu carácter contemporâneo, ou muito recente, na História, corre-se o risco de se perder de vista a vetustez do território sobre o qual esse moderno concelho assenta. Importa, também por isso, recuperar, tanto quanto possível, os dados e as fontes escritas que nos testemunhem a ligação ancestral da realidade de hoje a um passado tão remoto quanto interessante e revelador da identidade local ou regional.

Como veículo de transporte privilegiado para esse conhecimento histórico concreto, vários historiadores, arqueólogos, sociólogos, antropólogos, entre outros, têm recorrido, sobretudo desde o século XIX, ao teor de antigos instrumentos régios de administração, fiscalização e de justiça, que chegaram, na sua forma escrita original ou por

² Vide FERNANDES, A. de Almeida. *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense/Câmara Municipal de Arouca: 1997.

transcrição, até aos nossos dias. É o caso dos inquéritos ou *Inquirições* régias medievais, amplamente citadas e trabalhadas pela historiografia portuguesa e não só, que também aqui servem de base a este estudo, e que privilegiamos como fonte principal de uma desejada, útil e necessária abordagem-síntese da realidade medieval na estrita geografia que nos diz respeito.

O recurso a tal fonte para fins monográficos não constitui, também no nosso caso particular, um labor de todo inédito. Já outros o fizeram a nível local, como veremos em seguida. No entanto, como também teremos oportunidade de sublinhar, ainda muito ficou por fazer. Cremos ter faltado até aqui, desde logo, uma tradução, compilação e organização estruturada, tão completa e analítica quanto possível, dos dados extraíveis dos ditos inquéritos. Torna-se necessária uma interpretação-síntese que abarque as várias terras hoje compreendidas no concelho de Paredes, um trabalho condensado, prático e útil, como contributo essencial ao melhor entendimento da realidade medieval deste território.

O Estado da Arte

A *Monografia de Paredes* de José Correia Pacheco, «do Barreiro», (1922 e 1924) inaugura a historiografia do concelho de Paredes e, naturalmente, também, a abordagem local às *Inquirições* de 1258 enquanto fonte de informação histórica. O autor faz-lhes referência parcial nas páginas 110 a 113 da citada obra, a partir da transcrição compilada no *Corpus Codicum Latinorum*³, uma colecção de códices antigos arquivados na Biblioteca Municipal do Porto, transcritos, organizados e dados à estampa em vários volumes, nos séculos XIX e XX, pelo próprio município portuense.

O historiador natural da Madalena não trata da fonte de modo integral. Opta por fazer uma selecção episódica, sintética, do teor de documentos de parte das freguesias, traduzindo alguns excertos e aludindo-lhes sobretudo pela «curiosidade» que perspectivava inerente à informação aí contida. Poderá considerar-se, a nosso ver, que Barreiro reconhece de forma indirecta alguma relevância aos quesitos afonsinos, mas invoca-os no seu livro apenas a título de exposição ou exemplificação, sem os explorar devidamente. Tendo a *Monografia* ocupado lugar de destaque e isolado na definição da história local,

³ CORPUS codicum latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asseruantur antiquissimorum iussu curiae Municipals editum. Porto: C. M. Porto, 1899-1968.

também aquilo que ela valorizou ou, por outro lado, subvalorizou, como neste caso, acabou do mesmo modo exponenciado ou desvalorizado, nas décadas seguintes, por praticamente todas as publicações que versaram a história local.

Largas décadas volvidas sobre a publicação primordial de José do Barreiro, em 1972, o padre José Barbosa Pinto edita, em Braga, a obra *Mosteiro de Cete: Momentos da Sua História*, referindo-se ao tema das *Inquirições* a partir da página 51. Após um breve texto introdutório, o autor transcreve partes significativas (mas abreviadas) do teor dos documentos em latim, circunscrevendo-se às terras com ligação à comunidade monástica de Cete, sem efectuar ou recorrer a qualquer tradução. A partir da página 60, é organizada alguma informação em tabelas, contendo o nome dos informadores, a localidade respectiva, o total de casais e, de modo particular, a indicação daqueles que pertenciam ao dito mosteiro.

No início da década de 80 (1982), os historiadores medievalistas José Mattoso (coordenador), Luís Krus e Olga Bettencourt publicavam, no n.º 9 da Revista de História Económica e Social (p. 17-74), o artigo *As Inquirições de 1258 como Fonte da História da Nobreza – O Julgado de Aguiar de Sousa*. Com a natureza de «ensaio exploratório», foi objectivo dos autores «averiguar o processo de implantação das principais famílias nobres no julgado, avaliar o seu poder material, determinar a sua posição relativa perante outras forças sociais e económicas, conseguir diferenciar a base dominial e a base senhorial da sua proeminência social, e finalmente descobrir o papel que todos estes elementos desempenhavam na trajectória das mais importantes linhagens em presença» (*op. cit.*, p. 19). Tratava-se, portanto, de conhecer o poder da nobreza na região de Aguiar de Sousa, onde as terras do actual município de Paredes se encontravam judicialmente inseridas nesses meados do século XIII, sendo aí elencadas, ainda assim, conclusões gerais relevantes a respeito do espaço, do povoamento, da economia ou do poder senhorial existente (sobretudo este). Tais dados foram ainda ilustrados graficamente e dispostos em anexos, com recurso a mapas, quadros, tabelas e esquemas genealógicos.

Este labor de cariz científico constituiu a base de vários estudos posteriores, até pela imanente credibilidade e autoridade dos respectivos autores. Foi, pois, a partir dele que outros textos monográficos paredenses desenvolveram análises (igualmente sintéticas e parciais) ao tema. Todavia, ao não ser aí feita, como aliás nem seria suposto, a tradução dos textos invocados, nem a análise individual, ou por

freguesia, do teor das respostas dadas ao inquérito, também aí se estabeleceu uma fronteira ou uma limitação quanto às informações a retirar. Além disso, o espaço considerado – todo o Julgado de Aguiar de Sousa – é substancialmente superior ao território do actual concelho de Paredes, pelo que as conclusões incluem, como bem se entende, dados e informações de terras que são hoje de municípios diferentes e vizinhos, como Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel ou Valongo.

Um outro aspecto a salientar em relação ao ensaio coordenado por Mattoso tem que ver com o seu alcance restrito e dificuldades de acesso. A parca disseminação da revista que o publicara há mais de quatro décadas e a ausência de qualquer reedição posterior (através de *separata*, por ex.), não contribuiu para um aproveitamento mais generalizado e mais aprofundado da fonte e da riqueza informativa que ela encerra.

Em 1988, o investigador Manuel Ferreira Coelho dera início à infelizmente inacabada *Monografia do Concelho de Paredes*, que se ficou pelos primeiros dois volumes, respeitantes a Aguiar de Sousa e a Astromil. Na primeira (edição da C. M. Paredes, 1988), é feita menção às *Inquirições* nas páginas 27 e 28, a propósito da referência aí descoberta à mamoa de Brandião. Nos anexos ou *Parte Documental* (p. 241 e ss.), encontra-se a transcrição integral do texto, em latim, a partir dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Em 1996, é publicada e distribuída a nível local uma obra mais de divulgação e promoção turística do que propriamente histórico-científica. Sob o título *Paredes: Jóia do Sousa*, foi coordenada por Ricardo Pinto e editada «sob alto patrocínio» do município paredense. Trata-se de um trabalho dado a múltiplas imprecisões, mas que também dedicou um capítulo (pp. 32-34) à fonte de que aqui tratamos. Esta abordagem fora feita, em exclusivo, a partir do citado ensaio coordenado por Mattoso, copiando as informações, bem como os mapas, referindo-se textualmente sempre ao «julgado», *i. e.* a esse conjunto territorial e administrativo que extravasava a área daquele que é hoje o concelho de Paredes.

Já no século XXI, na monografia intitulada *Villa Recaredi: Estudo Histórico e Etnográfico da Freguesia e Paróquia de Recarei* (coord. Ivo Rafael Silva, *et. al.*, ed. JF Recarei, 2008), o tema não ocupa mais do que dois breves parágrafos. No primeiro, explicita-se o número de casais existentes na localidade a quem a obra é dedicada e a quem as ditas propriedades pertenciam. No segundo, sublinha-se tão somente a «extraordinária riqueza informativa» desta fonte a respeito da «época

mediéfica», sem mais desenvolvimentos ou acrescentos da parte dos autores (p. 15). Em *Crónicas Recaredenses* (2013), do mesmo coordenador-autor, é citada a demarcação do reguengo de Terronhas e feita a tradução a partir, essencialmente, de o que consta da *Grande Enciclopédia*.

Em Junho de 2013, é publicada a obra *Foral de Aguiar de Sousa 1513*, da autoria de Maria Alegria Marques (ed. O Planeta da Escrita / C. M. Paredes). Aqui é feita alusão às *Inquirições de 1258* como constituindo «o mais antigo testemunho do concelho de Aguiar de Sousa» (p. 10). Na introdução ao cerne deste trabalho, que é o foral do século XVI, um texto diacrónico recupera da fonte afonsina várias indicações de relevo que auxiliam bastante no entendimento e contextualização do período em análise.

O Dr. José Pinto foi autor de uma monografia sobre a sua terra, Sobrosa, em dois volumes, intitulada *Sobrosa: História e Património* (ed. Jornal de Sobrosa). No tomo segundo, datado de Novembro de 2013, a partir da página 19, o autor retira das *Inquirições* os dados essenciais aí relacionados com a localidade, com os casais e seus proprietários. Volta a referir-se ao teor da fonte na página 96, penúltimo parágrafo, sublinhando o facto de aquela localidade ser a oitava mais populosa das incluídas no julgado aguiar-sousense. Invoca novamente os quesitos de Afonso III para completar as informações acerca da «fidalguia», ou dos nobres de *Soverosa* dos séculos XII e XIII (p. 99 e ss.).

Em 2014, com chancela editorial de *A Celer* e coordenação de Manuel Ferreira Coelho, é publicada a *Monografia de Rebordosa*. O trabalho inclui colaborações de vários autores, como aquele que aborda com detalhe os textos medievais aqui em apreço: Joaquim José Moreira dos Santos. Será, talvez, a mais completa e exaustiva análise paredense à fonte de 1258, ainda que geograficamente cingida, claro está, à freguesia e paróquia de Rebordosa. Mais do que efectuar a interpretação e tradução do texto relativo a esta localidade, o autor procura explicar a estrutura da inquirição e retirar do teor as suas próprias conclusões. Não está, porém, isento de erros ou equívocos interpretativos. Desde logo, por exemplo, ao atribuir erradamente ao interrogado Pedro Gonçalves a posse daquele mesmo padroado⁴, o que depois não se prova da leitura do texto latino.

Datado de Outubro de 2019 é o livro *Foral Manuelino da Honra de Sobrosa 1519*, de Alcina Manuela de Oliveira Martins, editado pela

⁴ Vide SANTOS, J. J. Moreira dos, *Monografia de Rebordosa*, p. 50.

Câmara Municipal de Paredes. A partir da página 16, a obra extrai levemente da fonte o que aí surge relacionado com a Honra e seus proprietários, em particular as terras em posse dos filhos de D. Gil Vasques de Soverosa I. Já a partir da página 29, dedica à questão maior protagonismo, reportando-se aos respectivos casais, mas sempre sem perder de vista aquilo que visava ou se relacionava com o objecto de estudo: a Honra de Sobrosa e seus nobres possuidores.

Em 2020, *Guido de Monterey*, pseudónimo de José Augusto de Sousa Ferreira da Silva (nat. Cinfães, 1933), compilou em livro (dois volumes⁵) os artigos historiográficos originalmente por si publicados no jornal *O Progresso de Paredes*. O tomo inicial começa, precisamente, com a temática das *Inquirições*, procedendo o autor a uma tradução dos textos de 22 das 25 freguesias que existiam na área actual do concelho de Paredes. No que toca ao exercício de âmbito linguístico, propriamente dito, não faremos aqui uma apreciação detalhada, que é dispensável para o nosso objectivo, limitando-nos apenas a sugerir o sempre útil exercício de comparação desses textos com as traduções aqui propostas. Devemos antes fazer notar que, contrariamente a outros trabalhos nos quais existe análise do conteúdo mas não transposição linguística da fonte, neste caso, o que sucede é exactamente o inverso, apresentando-se uma tradução das respostas aos inquéritos (ainda que parcial, omissiva e com vários cortes) mas sem a necessária análise, com escassa introdução ou contextualização, sem conclusões particulares ou de conjunto e quase sem paratexto (notas explicativas e remissivas). Mesmo quanto às localidades abrangidas, ainda que presentes quase todas as povoações paredenses que chegaram à actualidade, na obra de Monterey ficaram em falta as duas paróquias extintas, Cunha e Parada de Castanheira, e também Besteiros.

O segundo volume de *Crónicas Paredenses: Subsídios para a História do Concelho de Paredes*, editado pelo autor (Ivo Rafael Silva) em 2024, reserva dois textos para abordar as comunidades de S. Paio de Parada de Castanheira e de São Salvador de Cunha. Para ambas se extrai, entre outros documentos medievais, o mencionado a respeito dessas duas freguesias nas *Inquirições de 1258*, traduzindo-se o conteúdo e salientando-se aí, sobretudo, a informação de natureza demográfica. Essas mesmas traduções, com ligeiras lacunas já identificadas, serão aqui revistas com maior acuidade.

Em suma e olhando ao atrás descrito, consideramos estar perante

⁵ *Paredes daquém e dalém do Rio Sousa*, edição de autor, Abril (vol. 1) e Maio (vol. 2) de 2020.